

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (EQT) – 2026.2

PERITO CONTÁBIL

TIPO DA PROVA

1



ATENÇÃO!

Confira o TIPO da sua prova com o que está indicado no seu CARTÃO DE REPOSTAS.

**DIVERGÊNCIA NO TIPO DEVE
SER COMUNICADA AO FISCAL
DA SALA.**



É proibido o uso de aparelhos eletrônicos.



Não é permitido comunicar-se com outros candidatos.



Não é permitida a consulta a livros, apostilas ou anotações.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A)

SUA PROVA

- Este caderno contém **25 (vinte e cinco)** questões objetivas **2 (duas)** discursivas.

TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, incluindo o tempo para marcação do Cartão de Respostas e das Folhas de Textos Definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas;
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.

INFORMAÇÕES GERAIS

- No Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade;
- Verifique se os dados que constam nesta capa estão de acordo com os que aparecem no seu Cartão de Respostas e Folhas de Textos Definitivos. Caso haja alguma divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que sejam adotadas as devidas providências;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- O preenchimento do Cartão de Respostas e das Folhas de Textos Definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de **erro** cometido por você;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa prova!

PERITO CONTÁBIL

1

Em uma perícia contábil judicial sobre créditos fiscais, o perito informou o início dos trabalhos apenas ao advogado da autora, pois não localizou nos autos os dados de contato do assistente técnico da ré. No primeiro encontro, o assistente da autora entregou memória de cálculo, planilhas e arquivos eletrônicos contendo premissas inéditas e relevantes. Para acelerar os trabalhos, o perito judicial utilizou o material sem disponibilizá-lo ao assistente da ré e agendou um exame no banco de dados da empresa para o dia seguinte.

Considerando as disposições do Código de Processo Civil e da NBC TP 01 (R2) – PERÍCIA CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência dos dados de contato do assistente técnico da ré dispensa comunicações adicionais e autoriza a realização imediata das diligências.
- (B) Os memoriais e arquivos técnicos entregues por um assistente pertencem à estratégia da parte e só podem ser compartilhados com autorização expressa de quem os apresentou.
- (C) O perito deve recusar todo e qualquer material técnico fornecido pelas partes ou assistentes, sob pena de comprometer sua independência.
- (D) Na ausência dos dados do assistente técnico, a comunicação sobre as diligências deve ser dirigida ao advogado da parte. Além disso, o perito deve assegurar a igualdade de tratamento, franquear o acesso ao material recebido à outra parte e registrar sua entrega nos papéis de trabalho.
- (E) O compartilhamento do material recebido pode ser postergado até a entrega do laudo final, desde que o perito consigne que utilizou dados fornecidos por apenas uma das partes.

2

Em uma perícia contábil tributária, o perito utilizou *scripts* em Python e consultas SQL para cruzar 12 milhões de registros de NF-e, arquivos do SPED e movimentações bancárias. O algoritmo desenvolvido classificou 4,8% das operações como anômalas. Sem realizar a reconciliação das bases de origem, sem checar a integridade dos dados, sem examinar os documentos de suporte e sem registrar nos planilha de trabalho os parâmetros do código, o perito tratou todos os alertas automáticos como irregularidades comprovadas e encerrou o laudo.

Considerando a NBC TP 01 (R2) – PERÍCIA CONTÁBIL e as normas ético-profissionais aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A análise automatizada da totalidade da população elimina o risco de falsos positivos e torna desnecessária a validação documental complementar.
- (B) O resultado emitido por algoritmos equivale à certificação pericial técnica, desde que o código ou *software* seja amplamente reconhecido no mercado.
- (C) A documentação dos parâmetros e dos scripts é dispensável nos planilha de trabalho quando o código puder ser reexecutado por qualquer outro profissional.
- (D) Em perícia contábil, a utilização de ferramentas de análise de dados (*data analytics*) restringe-se à seleção de amostras, sendo vedado seu uso para testes na população completa.
- (E) A análise de dados pode ampliar a cobertura dos exames, mas os alertas gerados por algoritmos são apenas indicadores que exigem validação. O perito deve testar a integridade e completude das bases, reconciliar as fontes, documentar os critérios e limitações e manter o julgamento técnico e a responsabilidade pessoal pelas conclusões.

3

Em ação de dissolução parcial de sociedade, o contrato social é omissivo quanto ao critério para apuração de haveres, e a decisão judicial apenas fixou a data-base. A sociedade atua no ramo de software e possui ativos intangíveis relevantes. O ex-sócio requer a apuração pelo método do Fluxo de Caixa Descontado, enquanto a sociedade defende a aplicação do valor patrimonial contábil histórico.

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil (art. 606) e da NBC ITP 01 – APURAÇÃO DE HAVERES, assinale a afirmativa correta.

- (A) O perito deve adotar obrigatoriamente o Fluxo de Caixa Descontado, pois a presença de ativos intangíveis relevantes afasta a aplicação de métodos patrimoniais.
- (B) O valor patrimonial contábil histórico prevalece automaticamente, uma vez que deriva da escrituração regular mantida e aprovada pela sociedade.
- (C) Na ausência de definição expressa no contrato social ou na decisão judicial, o Balanço de Determinação é o método a ser adotado, sem que a preferência isolada de uma das partes substitua essa diretriz legal e normativa.
- (D) O perito pode escolher livremente qualquer método de valoração previsto na ITP 01, sem a necessidade de justificar a escolha ou de alinhá-la à legislação processual.
- (E) A omissão do contrato social impõe a utilização simultânea do balanço de determinação, do fluxo de caixa descontado e dos múltiplos de mercado, adotando-se a média aritmética dos três resultados.

4

Em um processo judicial, o juiz fixou o prazo de 60 dias para a conclusão da perícia contábil. Faltando cinco dias para o término do prazo, após receber tardiamente volume expressivo de arquivos contendo os registros, o perito protocolou petição com justificativa técnica requerendo a prorrogação do prazo por mais 45 dias.

À luz das disposições do Código de Processo Civil e da NBC PP 01 (R2) – PERITO CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido é intempestivo, pois a solicitação de prorrogação deve obrigatoriamente ser apresentada durante a primeira metade do prazo originalmente concedido.
- (B) O juiz fica obrigado a deferir integralmente os 45 dias requeridos, uma vez que a fundamentação técnica apresentada pelo perito vincula a gestão processual do magistrado.
- (C) O prazo pericial pode ser prorrogado sucessivas vezes enquanto persistir a complexidade documental da causa, a critério exclusivo do perito.
- (D) O pedido foi apresentado tempestivamente antes do vencimento, em atendimento ao zelo profissional, mas o CPC autoriza o juiz a conceder a prorrogação por apenas uma vez e por prazo não superior à metade do originalmente fixado (isto é, 30 dias).
- (E) A entrega tardia de documentos pelas partes suspende automaticamente o prazo processual da perícia, dispensando a necessidade de peticionamento e decisão judicial.

5

Em uma perícia contábil sobre perdas operacionais, o perito nomeado utilizou um modelo proprietário de pontuação de risco, sem detalhar suas etapas, sem demonstrar fundamentação científico-técnica e sem comprovar sua aceitação predominante pela comunidade especializada. Apesar de o resultado numérico parecer exato, o magistrado entendeu que outro método, sustentado por documentos idôneos juntados aos autos, oferecia maior confiabilidade probatória.

De acordo com o Código de Processo Civil e com a NBC TP 01 (R2) – PERÍCIA CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz está vinculado às conclusões do perito oficial, pois a nomeação do auxiliar transfere a este a decisão sobre a matéria técnica controvertida.
- (B) O juiz pode considerar ou deixar de considerar as conclusões do laudo pericial, mas deve indicar na decisão os motivos do seu convencimento, levando em conta o método utilizado pelo perito.
- (C) O juiz pode rejeitar a conclusão pericial sem necessidade de fundamentação, uma vez que a prova pericial não possui valor jurídico vinculante.
- (D) Antes de discordar da conclusão do perito, o juiz é obrigado a determinar a realização de uma segunda perícia, ainda que a matéria já esteja suficientemente esclarecida nos autos.
- (E) A qualidade ou transparência do método pericial é irrelevante para o juízo, desde que o resultado final apresente exatidão matemática.

6

A perícia representa a modalidade de prova realizada mediante a aplicação de conhecimentos técnicos e/ou científicos, considerando a necessidade específica de cada processo. Para tanto, é necessário a nomeação de profissional para exercer a função de perito.

De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), os peritos serão nomeados entre

- (A) profissionais servidores do Poder Judiciário com ampla experiência na área.
- (B) profissionais de nível técnico qualificados e reconhecidos.
- (C) profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
- (D) profissionais de nível superior com cadastro no tribunal ao qual o juiz está vinculado.
- (E) profissionais de nível superior sem inscrição no órgão de classe competente.

7

Em uma perícia contábil envolvendo apuração de prejuízos decorrentes de descumprimento de cláusulas contratuais, o perito contábil, após sua nomeação e aceitação do encargo, iniciou os procedimentos técnicos necessários à elaboração do laudo pericial contábil.

Considerando a estrutura mínima obrigatória de elaboração de laudo pericial determinada na NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta.

- (A) O laudo pericial contábil pode ser elaborado por qualquer profissional com conhecimento técnico na matéria, ainda que não possua registro no Conselho Regional de Contabilidade.
- (B) O perito contábil pode utilizar linguagem excessivamente técnica e prolixa, ainda que dificulte a compreensão das partes e do julgador.
- (C) O laudo pericial contábil deve conter, entre outros elementos, identificação do processo, síntese do caso, fundamentação, respostas aos quesitos e conclusão.
- (D) O assistente técnico é obrigado a subscrever conjuntamente o laudo pericial elaborado pelo perito nomeado.
- (E) O laudo pericial contábil dispensa conclusão quando as respostas aos quesitos já estiverem inseridas ao longo do documento.

8

Um perito contábil foi intimado para a apresentação de sua proposta de honorários em processo judicial que trata de demanda tributária.

Considerando o quanto definido na NBC PP 01 (R2) – PERITO CONTÁBIL, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os honorários periciais são arbitrados pelo juiz de acordo com valores cobrados por outros peritos.
- (B) A proposta de honorários é elaborada pelo perito nomeado e deve considerar, entre outros fatores: o tempo, as etapas de trabalho previstas, a relevância, o vulto, os recursos tecnológicos.
- (C) A proposta de honorários periciais é elaborada pelo perito nomeado, mas deve ser acatada pelo assistente técnico.
- (D) Os honorários periciais são sempre pagos pelo tribunal de onde o juiz é originário.
- (E) O perito contábil não precisa ressaltar que as despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação e outras despesas não estão incluídas na proposta de honorários.

9

Muitas vezes, dentro da Perícia Contábil, as lides são complexas e envolvem uma série de conhecimentos que devem ser aplicados de maneira exclusiva e temporária, ou seja, cada Profissional deve atuar na sua área, podendo serem complementares ou não a depender da situação pericial. Isso é comum e previsto no ordenamento que trata sobre a Perícia – Código Processo Civil (CPC).

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta sobre a utilização de Profissionais diferentes durante o processo judicial.

- (A) O Juiz poderá a depender da situação nomear peritos diferentes em períodos diferentes, não podendo nomear estes simultaneamente dentro do processo para tratar de matérias diferentes na lide.
- (B) Por se tratar de matérias diferentes, o juiz até pode nomear os peritos profissionais juntos, mas o prazo previsto no CPC de entrega do trabalho deve ser diferente de forma a não conflitar as análises.
- (C) O Juiz deverá aguardar o término de uma perícia para que possa nomear a nova perícia e neste sentido adequar os prazos, respeitando prazo de audiência e para nomeação de assistente técnico pelas partes.
- (D) O Juiz poderá nomear mais de um perito quando houver a necessidade de conhecimento especializado diversos, contudo as partes devem nomear somente um assistente técnico afim de não atrapalhar a celeridade processual.
- (E) O Juiz poderá nomear mais de um perito quando houver a necessidade de conhecimento especializado diversos, neste sentido as partes também poderão nomear mais de um assistente técnico.

10

É relevante ressaltar que a determinação do critério para nomeação do perito é um ato exclusivo do magistrado, não devendo haver restrição quanto a essa liberdade de escolha. Assim, o juiz dispõe de dois sistemas de escolha, um objetivo e outro subjetivo. A legislação estabelece que a falta de conhecimento técnico justifica a substituição do perito judicial inicialmente nomeado em um processo.

Sobre o tema, com base no Art. 468 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a afirmativa correta.

- (A) O perito judicial somente poderá ser substituído mediante requerimento das partes, sendo vedada ao magistrado a substituição de ofício.
- (B) O perito substituído conservará os honorários já recebidos, independentemente da realização dos trabalhos periciais, em razão do princípio da remuneração pelo encargo assumido.
- (C) Caso o perito deixe de cumprir o prazo judicial, permanecerá responsável pela perícia, não podendo o magistrado aplicar qualquer sanção administrativa ou pecuniária.
- (D) O perito poderá ser substituído quando demonstrada a ausência de conhecimento técnico ou científico necessário ao objeto da perícia ou quando, sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo fixado pelo juiz.
- (E) A substituição do perito extingue automaticamente a necessidade de realização da prova pericial, cabendo ao juiz decidir a causa exclusivamente com base nas demais provas constantes dos autos.

11

Durante a realização de uma perícia contábil em uma sociedade empresária S.A., o perito foi contratado para verificar a correta mensuração do Ativo Imobilizado. A sociedade empresária S.A. utiliza um equipamento especializado em sua linha de produção, adquirido em 1º de janeiro de 2018 por R\$ 10.000.000,00.

Na data da aquisição, estimou-se uma vida útil econômica de oito anos e um valor residual nulo, sendo adotado o método da depreciação linear. Em 31 de dezembro de 2019, após o reconhecimento da depreciação do exercício, verificou-se que uma inovação tecnológica reduziria significativamente a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do equipamento. Em razão disso, a administração elaborou teste de recuperabilidade, obtendo as seguintes estimativas: valor em uso: R\$ 5.300.000,00; e valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 5.600.000,00. A entidade pretende continuar utilizando o equipamento, cuja vida útil remanescente foi reestimada em quatro anos.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, o valor

- (A) recuperável do equipamento corresponde a R\$ 5.300.000,00, pois a administração pretende continuar utilizando o ativo, devendo ser reconhecida perda por redução ao valor recuperável de R\$ 2.200.000,00.
- (B) recuperável do equipamento corresponde a R\$ 5.600.000,00, devendo ser reconhecida perda por redução ao valor recuperável de R\$ 1.900.000,00, e a depreciação anual futura deverá ser calculada com base nesse novo valor contábil e na vida útil remanescente.
- (C) da perda por redução ao valor recuperável deve ser zero, pois a redução decorre da expectativa de obsolescência tecnológica, inexistindo evidência objetiva de perda efetiva.
- (D) recuperável corresponde à média aritmética entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda, devendo a perda ser reconhecida apenas se essa média for inferior ao valor contábil.
- (E) da perda por redução ao valor recuperável deve ser calculada utilizando o menor entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda, por refletir a postura mais conservadora prevista pelo CPC 01 (R1).

12

Durante a realização de uma perícia, o perito contábil foi contratado para verificar a consistência da Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada por uma sociedade empresária S.A. referente ao exercício de 2026.

A Demonstração do Resultado do Exercício apresentou as seguintes informações:

- Receita de vendas: R\$ 200.000,00;
- Custo das mercadorias vendidas: R\$ 120.000,00;
- Despesas operacionais: R\$ 50.000,00, das quais R\$ 21.000,00 correspondem à despesa de depreciação e o restante, à despesa de salários;
- Lucro líquido: R\$ 30.000,00.

Na análise dos documentação pertinente, o perito constatou que, ao longo do exercício, ocorreram as seguintes variações patrimoniais:

- aumento de R\$ 12.000,00 nas contas a receber de clientes;
- aumento de R\$ 11.000,00 nos estoques; e
- aumento de R\$ 13.000,00 nas contas a pagar a fornecedores.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 03 (R3) - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, o valor do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é de

- (A) R\$ 28.000,00.
- (B) R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 39.000,00.
- (D) R\$ 41.000,00.
- (E) R\$ 51.000,00.

13

A identificação e o correto tratamento contábil dos ativos intangíveis são fundamentais para a adequada mensuração do patrimônio e do resultado das entidades.

A respeito do assunto, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Ativos intangíveis derivam de direitos que representam a expectativa de recebimento de caixa futuro.
- II. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.
- III. Os custos da fase de pesquisa podem ser capitalizados como ativo intangível caso o projeto demonstre viabilidade econômica.
- IV. A entidade deve revisar periodicamente a vida útil e o valor residual dos ativos intangíveis.
- V. O teste de recuperabilidade (*impairment*) deve ser realizado anualmente para ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Considerando-se os preceitos do CPC 04 (R1) – ATIVO INTANGÍVEL, estão corretas as afirmativas

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

14

Durante a realização de uma perícia contábil em uma sociedade empresária S.A., o perito contábil foi contratado para verificar a correta mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido em uma combinação de negócios ocorrida em 31 de julho de 2026.

Na data da aquisição, a empresa S.A. apresentava as seguintes informações patrimoniais:

Ativos	Valor (R\$)	Patrimônio Líquido e Passivos	Valor (R\$)
Ativos circulantes	800.000,00	Passivos circulantes	600.000,00
Ativos não circulantes	2.700.000,00	Passivos não circulantes	500.000,00
		Patrimônio líquido	2.400.000,00
Total dos ativos	3.500.000,00	Total do patrimônio líquido e passivos	3.500.000,00

Constatou-se que a adquirente desembolsou R\$ 3.000.000,00 para adquirir a totalidade das ações de outra companhia, que passou a operar como uma unidade geradora de caixa. Na data da aquisição, foi apurado que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida era de R\$ 2.750.000,00. Nos seis meses subsequentes à aquisição, a unidade apresentou sucessivos prejuízos operacionais, surgindo evidências de possível perda por desvalorização de ativos.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 15 (R4) – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS, o valor do *goodwill* a ser reconhecido na data da aquisição é de

- (A) R\$ 0,00.
- (B) R\$ 250.000,00.
- (C) R\$ 350.000,00.
- (D) R\$ 600.000,00.
- (E) R\$ 3.000.000,00.

15

Durante a realização de uma perícia contábil em uma sociedade empresária, o perito contábil foi incumbido de verificar a correta aplicação do Método da Equivalência Patrimonial na contabilização de investimento relevante em coligada.

Constatou-se que a investidora adquiriu 25% do capital votante da investida pelo valor de R\$1.000.000,00. Ao final do exercício social, a investida distribuiu 40% de seu lucro líquido aos acionistas.

Na análise da conta contábil "Investimento em Coligada", o perito verificou os seguintes registros:

Investimento em Coligada	
Saldo inicial (aquisição)	R\$ 1.000.000,00
Equivalência patrimonial	R\$ 130.000,00
Dividendos recebidos	(R\$ 52.000,00)

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 18 (R3) - INVESTIMENTO EM COLIGADA, EM CONTROLADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO, o lucro líquido total auferido pela investida no exercício foi de

- (A) R\$ 130.000,00.
- (B) R\$ 208.000,00.
- (C) R\$ 312.000,00.
- (D) R\$ 448.000,00.
- (E) R\$ 520.000,00.

16

A identificação e o tratamento adequado de mudanças de políticas, estimativas e erros são importantes para avaliar a capacidade do perito em interpretar e aplicar as normas contábeis.

A respeito do assunto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Uma mudança de política contábil ocorre quando há novas informações ou experiência adicional que justificam a alteração do critério contábil adotado.
- II. Erros em demonstrações contábeis decorrem de enganos matemáticos, omissões ou uso indevido de informações disponíveis à época da elaboração.
- III. A adoção de um tratamento contábil para eventos que ocorreram pela primeira vez ou que antes eram imateriais é considerada mudança de política contábil.
- IV. A aplicação retrospectiva consiste em aplicar uma nova política contábil como se ela sempre tivesse sido utilizada, com reapresentação das demonstrações anteriores.

Considerando-se os preceitos da NBC TG 23 (R2) - POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

17

Durante a realização de uma perícia, o perito contábil foi incumbido de verificar a adequada mensuração das garantias reconhecidas por uma sociedade empresária S.A. Verificou-se que todos os produtos são vendidos com garantia de três anos contra defeitos de fabricação.

Com base na experiência histórica da entidade, estima-se que os custos com garantias correspondam a: primeiro ano após a venda: 2% do valor da venda, segundo ano após a venda: 3% do valor da venda e terceiro ano após a venda: 5% do valor da venda. Em 12/10/2026, a companhia realizou vendas de R\$ 1.200.000,00.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da NBC TG 25 (R2) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, o perito contábil concluiu que as garantias concedidas aos clientes nessa operação são classificadas como

- (A) passivos contingentes, totalizando R\$ 24.000,00.
- (B) passivos líquidos e certos, totalizando R\$ 24.000,00.
- (C) provisões, totalizando R\$ 24.000,00.
- (D) provisões, totalizando R\$ 120.000,00.
- (E) passivos contingentes, totalizando R\$ 120.000,00.

18

O perito contábil foi autuado pelo Conselho Regional de Contabilidade por grave falha na condução de um litígio. A sanção impôs uma multa pecuniária, e o profissional avalia a melhor estratégia de defesa administrativa. O infrator, inconformado com a decisão regional, planeja recorrer da penalidade ao Conselho Federal de Contabilidade. A análise exige o cumprimento legal sobre prazos, solidariedade punitiva e o rito de cobrança da dívida gerada.

Sobre o processo administrativo de infração, recursos e penalidades para o caso, à luz do Decreto-Lei nº 9.295/1946 e suas alterações posteriores, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O recurso contra a multa imposta pelo Conselho Regional deve ser interposto em até sessenta dias, sendo-lhe garantido o efeito suspensivo imediato sobre a cobrança até a decisão final do Conselho Federal.
- II. A punição se converte em título de dívida líquida e certa após o julgamento definitivo do auto de infração contra o perito, ensejando a cobrança por executivo fiscal se não houver o pagamento amigável.
- III. O escritório de perícia a cujos serviços o perito infrator se ache vinculado é solidariamente responsável pelo pagamento das multas que forem aplicadas de forma definitiva pelas instâncias regionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

19

A firma de perícia e contabilidade elabora uma nova minuta padrão de proposta comercial e contrato para a formalização de prestação de serviços contábeis. O encarregado instrui a equipe a revisar rigorosamente as cláusulas mínimas exigidas pelas normativas profissionais vigentes. O escopo da revisão abrange a clareza das propostas comerciais e a exigência mandatória de declarações complementares. A adequação formal do instrumento de trabalho visa mitigar riscos de litígios e de responsabilidades solidárias indesejadas. A conformidade dos contratos protege o escritório contra futuras contestações sobre os deveres assumidos pelo próprio cliente.

Sobre a proposta comercial e o contrato de prestação de serviços de contabilidade, avalie, à luz da Resolução CFC nº 1.590/2020, as afirmativas a seguir.

- I. A proposta comercial de oferta de serviços pode prescindir da indicação da parte dos trabalhos que deverá ser executada pelo próprio contratante (caso tenha), focando apenas no valor e no prazo de duração.
- II. O contrato de prestação de serviços pactuado deve estipular obrigatoriamente uma cláusula rescisória, contendo a fixação de um prazo de prévio aviso para o devido encerramento da relação.
- III. O instrumento contratual deve prever a obrigatoriedade do fornecimento anual da Carta de Responsabilidade da Administração, cabendo ao profissional adotar salvaguardas em caso de recusa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

20

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) regulamenta a atuação dos profissionais inscritos em seus quadros. A execução de trabalhos periciais exige o cumprimento rigoroso de diretrizes normativas estruturais vigentes. Os limites de atuação técnica, o escopo e a competência são definidos pelos normativos do CFC. O exercício profissional em diferentes instâncias jurisdicionais demanda o conhecimento dos tipos de perícia. A estrita observância das normas garante a validade material dos laudos e pareceres elaborados.

À luz da NBC TP 01 (R2) - PERÍCIA CONTÁBIL, avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- () A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
- () O laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil não se limitam ao objeto da perícia deferida, determinada ou contratada.
- () A perícia extrajudicial é exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntário, sendo esta última contratada espontaneamente pelo interessado.
- () As premissas normativas aplicam-se à perícia judicial e estatal, dispensando-se o seu cumprimento obrigatório nas perícias arbitrais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

21

O perito contábil foi nomeado pelo juízo para atuar em litígio envolvendo uma indústria e o governo estadual. O escopo da perícia exige a avaliação minuciosa dos contratos de repasses financeiros e das contrapartidas assumidas. O especialista deve rastrear os desembolsos condicionados à aquisição de novas máquinas e ao desenvolvimento regional. A diligência demanda o correto enquadramento patrimonial dos incentivos recebidos e das garantias de infraestrutura. A análise técnica visa apurar eventuais distorções no reconhecimento contábil das obrigações contratuais pactuadas. O pleno domínio normativo garante a fidedignidade material do laudo pericial a ser anexado aos autos do processo.

À luz da NBC TG 07 (R2) - SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS, associe os termos contábeis a seguir aos seus respectivos conceitos normativos:

1. Assistência governamental
2. Subvenção governamental
3. Subvenção relacionada a ativos

- () É uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.
- () É uma subvenção governamental cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.
- () É a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Não inclui os benefícios proporcionados única e indiretamente por meio de ações que afetam as condições comerciais gerais, tais como o fornecimento de infraestruturas em áreas em desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.

Esses conceitos correspondem, respectivamente, aos termos

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 3 – 1 – 2.

22

O perito contábil atua como auxiliar da justiça e deve pautar seu trabalho pela estrita observância legal. O Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015 estabelece regras claras sobre a nomeação, a conduta e os prazos que devem ser obedecidos pelos profissionais. A manutenção da confiança no sistema judiciário exige a responsabilização civil e administrativa do especialista. A compreensão do rito processual é essencial para garantir a validade material e formal da prova técnica. A lisura e a capacidade técnica são os pilares para a correta condução e entrega do laudo pericial contábil.

Em relação às normativas processuais civis sobre a atuação do perito, avalie, à luz do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015, se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- () Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz, recaiando sobre profissional comprovadamente detentor do conhecimento.
- () O perito nomeado que tiver motivo legítimo para escusar-se do encargo deverá apresentar sua recusa no prazo improrrogável de cinco dias, contado da intimação, sob pena de renúncia ao direito.
- () O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficando inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos.
- () A distribuição das nomeações dos peritos cadastrados nas secretarias ou varas é feita de forma discricionária pelo juiz titular, não havendo obrigatoriedade legal de distribuição de modo equitativo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

23

O perito contábil deve declarar sua condição de impedimento e suspeição quando identificar situações objetivas que identifiquem ocorrências de perda de imparcialidade e/ou independência, das mais diversas ordens, que impossibilitariam o exercício regular de seu trabalho técnico.

Com base nas diretrizes estabelecidas na NBC PP 01 (R2) – PERITO CONTÁBIL, sobre os impedimentos e a suspeição do perito contábil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O impedimento legal do perito nomeado restringe-se aos casos em que ele próprio é parte no processo, não se aplicando situações que envolvam cônjuges ou parentes consanguíneos até o terceiro grau.
- (B) O assistente técnico vinculado ao cliente por contratação tem o dever de zelar pela sua independência, porém, em defesa dos interesses de quem o contratou, é-lhe permitido expor fatos falseando deliberadamente a verdade.
- (C) O perito nomeado deve declarar-se suspeito quando for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes ou quando houver motivo de foro íntimo.
- (D) A configuração de suspeição por recebimento de presentes de pessoas que tiverem interesse na causa ocorre exclusivamente se o fato se der após o início do processo judicial.
- (E) É permitido que contadores integrantes da mesma sociedade profissional prestem assistência técnica para clientes com interesses opostos, desde que o trabalho ocorra no âmbito de uma arbitragem e não em processo judicial.

24

Avalie, com base nas disposições da NBC PP 01 (R2) – PERITO CONTÁBIL, se cada afirmativa a seguir, sobre o laudo pericial contábil, é verdadeira (V) ou falsa (F):

- () Caso o perito nomeado verifique que não será possível concluir o laudo no prazo fixado, ele poderá apresentar a justificativa e requerer a dilação do prazo no momento da entrega do trabalho, independentemente do vencimento original.
- () O perito contábil é o responsável pelo trabalho realizado por sua equipe técnica na elaboração do laudo pericial.
- () Uma vez recebidos os honorários periciais, o perito não é obrigado a efetuar qualquer devolução de valores, mesmo que a autoridade competente considere o laudo pericial contábil inconclusivo ou deficiente.
- () O zelo profissional do perito inclui assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, procedimentos adotados, diligências realizadas e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – V.

25

Avalie, de acordo com a NBC PP 02 (R1) - EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PERITO CONTÁBIL, se as seguintes afirmativas sobre o Exame de Qualificação Técnica (EQT) para Perito Contábil e o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) estão corretas.

- I. O CFC e os CRCs não podem oferecer ou apoiar, a qualquer título, cursos preparatórios para os candidatos ao Exame de Qualificação Técnica (EQT) para perito contábil.
- II. Para ser considerado aprovado no Exame de Qualificação Técnica (EQT), o candidato deve obter, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos previstos na prova, sendo suficiente que esse percentual seja alcançado na soma das questões objetivas e dissertativas.
- III. A aprovação no Exame de Qualificação Técnica (EQT) assegura ao contador o registro permanente e incondicional no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), não havendo obrigatoriedade de participação em programas de educação continuada após o registro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A sociedade X ajuizou ação contra a sociedade Y visando (i) anular deliberação assemblear que teria implicado na diluição de sua participação societária na sociedade Magic Limitada e (ii) obter indenização pelos prejuízos decorrentes da dissolução irregular. No decorrer da demanda, foi determinada a realização de prova pericial contábil, que deveria ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias. Após a apresentação do laudo pericial, o Juízo determinou a manifestação das partes, oportunidade na qual a sociedade X impugnou o laudo e requereu a realização de uma segunda perícia, arguindo que o laudo pericial seria inconclusivo pelo fato de o perito do Juízo não ter respondido determinados quesitos e ter desconsiderado documentos relevantes.

Nesse contexto, responda ao que se pede a seguir, à luz do que dispõe o Código de Processo Civil sobre o tema.

- A) Apresente a postura que o perito deve adotar no processo após a referida impugnação.**
- B) Explique o que pode ocorrer ao perito caso, de fato, se constate que a perícia foi inconclusiva.**
- C) Explique sucintamente se há a possibilidade de ser determinada uma segunda perícia contábil no processo.**

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

QUESTÃO 2

Em ação de exigir contas, o perito contábil, após examinar os autos e os quesitos, concluiu que os documentos já juntados eram insuficientes para a apuração dos valores controvertidos. Em razão disso, elaborou um planejamento pericial e expediu termo de diligência à sociedade ré, requerendo livros contábeis, extratos auxiliares, memória de cálculo interna, contratos e documentos de suporte das operações impugnadas.

A sociedade respondeu parcialmente à diligência, alegando sigilo empresarial quanto a parte dos documentos e informando que outros não seriam apresentados por “irrelevância para a causa”. Paralelamente, o assistente técnico da autora solicitou acesso aos elementos já recebidos e requereu acompanhamento das diligências subsequentes.

Elabore um texto dissertativo, fundamentado tecnicamente, que responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Explique a finalidade do planejamento pericial no caso concreto.**
- B) Indique a função do termo de diligência e sua importância para a formação da prova técnica.**
- C) Exponha a providência cabível diante da recusa parcial de apresentação dos documentos.**
- D) Analise a posição do assistente técnico quanto ao acesso aos elementos de prova e ao acompanhamento das diligências.**
- E) Demonstre como esses fatos devem refletir na fundamentação e na estrutura do futuro laudo pericial contábil.**

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

